



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO nº _____/2022

(Do Sr. Glauber Braga e da Sra. Luiza Erundina)

Requer a realização de audiência pública para debater os retrocessos econômicos, sociais e ambientais durante o Governo Bolsonaro

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 58, §2º, II da Constituição Federal e nos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública com o objetivo de debater os retrocessos durante o Governo Bolsonaro.

Sendo assim, sugere-se que sejam convidados (as) as representações das organizações abaixo identificadas:

FNP – Federação Nacional dos Petroleiros

FUP – Federação Única dos Petroleiros

UNE – União Nacional dos Estudantes

FENET – Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico

CNE – Coletivo Nacional dos Eletricitários

COFEN - Conselho Federal de Enfermagem

FNE - Federação Nacional dos Enfermeiros

Representante de Movimentos Culturais – MATER (Movimento de Artistas de Teatro do Rio

Representante de Reitores e Dirigentes de Institutos Federais, CEFETs e Universidades Federais (ANDIFES e CONIF)





Representantes Sindicais dos Profissionais de Educação das Universidades e Institutos Federais (ANDES, FASUBRA e SINASEFE)

JUSTIFICAÇÃO

A Presidência de Jair Bolsonaro é pior Governo da história da República. Com um governo socialmente conservador e economicamente ultraneoliberal, o Brasil piorou em tudo: na educação, saúde, conquistas sociais, enfim, a lista de retrocessos não para.

O quadriênio 2019-2022 foi marcado pela pandemia da Covid-19. No campo da saúde, a OMS – Organização Mundial de Saúde – declarou a pandemia do novo Coronavírus no dia 11 de março de 2020. Nesse ínterim, tivemos quatro ministros da saúde – Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich, Eduardo Pazuello e o atual, Marcelo Queiroga.

Não é surpresa, infelizmente, a quantidade de mudanças de ministros na Saúde: ir de encontro a ciência é a regra de quem compõe o Governo Bolsonaro. Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da USP e a Conectas Direitos Humanos revelou que o Governo Federal executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”. Reportagem do El País mostra que as instituições supracitadas se dedicaram a coletar as normas federais e estaduais relativas ao novo coronavírus, produzindo um boletim chamado *Direitos na Pandemia – Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil*.¹

A pesquisa – que analisa a produção de portarias, medidas provisórias, resoluções, instruções normativas, leis, decisões e decretos do Governo Federal, assim como o levantamento das falas públicas do presidente - delinea o mapa que fez do Brasil um dos países mais afetados pela covid-19.

Há intenção, há plano e há ação sistemática nas normas do Governo e nas manifestações do Presidente, segundo aponta o estudo. *“Os resultados afastam a persistente interpretação de que haveria incompetência e negligência*

1 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>



de parte do governo federal na gestão da pandemia. Bem ao contrário, a sistematização de dados, ainda que incompletos em razão da falta de espaço na publicação para tantos eventos, revela o empenho e a eficiência da atuação da União em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional, declaradamente com o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo”, afirma o editorial da publicação.

A análise mostra que “a maioria das mortes seriam evitáveis por meio de uma estratégia de contenção da doença, o que constitui uma violação sem precedentes do direito à vida e do direito à saúde dos brasileiros”. E isso “sem que os gestores envolvidos sejam responsabilizados, ainda que instituições como o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Contas da União tenham, inúmeras vezes, apontado a inconformidade à ordem jurídica brasileira de condutas e de omissões conscientes e voluntárias de gestores federais”.

Diversas ações capitaneadas pelo Governo demonstram o pontuado pelo estudo. Em 3 de junho de 2020, o Governo divulga dados sobre a covid-19 com atraso, após as 22h. Em 5 de junho de 2020, o site do Ministério da Saúde sai do ar e retorna no dia seguinte apenas com informações das últimas 24 horas. A tentativa de encobrir os números de doentes e de mortos por covid-19 foi denunciada pela imprensa.

A sociedade perde a confiança nos dados oficiais e seis dos principais jornais e sites de jornalismo —G1, O Globo, Extra, O Estado de S. Paulo, Folha de S.Paulo e UOL— formam um consórcio para registrar os números da pandemia.²

Vetos presidenciais também contribuíram para a crise que vivemos. O presidente vetou, por exemplo a obrigatoriedade do uso de máscaras em estabelecimentos comerciais e industriais, templos religiosos, escolas e demais locais fechados em que haja reunião de pessoas. Também vetou multa aos estabelecimentos que não disponibilizem álcool em gel a 70% em locais próximos às suas entradas, elevadores e escadas rolantes.³

² Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>

³ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>



A xenofobia do presidente também custou vidas. Em discurso (no qual mente que a cloroquina garante 100% de cura se usada no início dos sintomas), cancela a compra de **46 milhões de doses da vacina chinesa Coronavac** pelo Ministério da Saúde: "*O povo brasileiro não será cobaia de ninguém*".⁴

O meio ambiente também pede socorro diante do desgoverno Bolsonaro. Tendo o hoje ex-ministro Ricardo Salles sendo eternizado pela frase "passar a boiada". Em vídeo da reunião ministerial do dia 22 de abril, divulgado a mando do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles afirma que o período da pandemia seria ideal para passar reformas "infralegais", de "simplificação" e "desregulamentação" de leis ambientais.

A política de meio-ambiente no Governo Bolsonaro é representada pelos cortes orçamentários, desmonte de políticas de proteção ambiental e enfraquecimento de órgãos ambientais. Esses foram fatores citados pelo coordenador técnico do Inep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) William Nozaki e pelo coordenador geral da Fup (Federação Única dos Petroleiros) Deyvid Bacelar em análise à atuação do governo Bolsonaro no meio ambiente.

"A gente tem passado por uma série de retrocessos ao longo dos últimos anos do governo Bolsonaro. A política de meio ambiente tem sido sistematicamente desmontada", disse William Nozaki.

O coordenador técnico do Inep também lembrou as políticas ambientais *"vieram sofrendo uma série de reveses por conta do esvaziamento de competências, atribuições e orçamentos das principais instituições e órgãos responsáveis pela política de meio ambiente, a começar pelo próprio Ministério do Meio Ambiente"*.

William aponta que o resultado dessas ações são a devastação dos principais biomas brasileiros, como Amazônia e Pantanal. *"Como se não bastasse tudo isso, o Brasil também vem se afastando das metas estabelecidas pela política ambiental sobre a mudança climática", acrescentou. Deyvid Bacelar*

4 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>



aponta que o governo Federal demonstra o não cuidado com o meio ambiente. *“Sem dúvida alguma a sociedade civil vai em desencontro com a posição do governo federal nesse tema do meio ambiente. Devido justamente a isso, o governo federal teve que se reposicionar, pelo menos na fala, nas questões ambientais. O problema é que só ficou no discurso, a prática é completamente distinta”*, apontou.⁵

Na economia, o Brasil passa por um processo acelerado de deterioração socioeconômica. A combinação de altos níveis de desemprego com forte pressão inflacionária se manifesta em aumento da insegurança alimentar e ampliação das nossas crônicas desigualdades interseccionais.

Atualmente, o desemprego atinge, aproximadamente, 11.3 milhões de pessoas. Porém, um indicador mais fiel à realidade é o de subutilização da força de trabalho, que além dos desempregados, inclui as pessoas que trabalham menos horas que gostariam (subocupados) e os que desistiram de procurar empregos (desalentados). Levando em consideração a subutilização da força de trabalho, **hoje falta trabalho para mais de 38,7 milhões de pessoas**. A situação é mais grave para as mulheres e para a população negra.⁶

Além do desemprego altíssimo, a renda da população mais pobre está sendo corrida pela elevação **persistente da inflação que, em setembro de 2021, registrou a maior alta para o mês desde 1994 (1,16%)**.⁷ O Indicador de Inflação por Faixa de Renda do IPEA revela que a inflação atual é bem maior para as famílias de baixa renda, registrando uma perda de poder de compra para os mais pobres de 11% nos últimos 12 meses acumulados até setembro.

A combinação de altos níveis de desemprego e inflação se manifesta em forte aumento da insegurança alimentar e fome no Brasil. **Do total de 211,7**

5 Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/10/08/inflacao-registra-maior-alta-para-o-mes-de-setembro-desde-1994.ghtml>

6 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/informalidade-recorde-sustenta-queda-na-taxa-de-desemprego/>

7 Disponível em: [https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1392789/#:~:text=Do%20total%20de%20211%2C7,\(as\)%20enfrentavam%20a%20fome.](https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1392789/#:~:text=Do%20total%20de%20211%2C7,(as)%20enfrentavam%20a%20fome.)



milhões de pessoas na população, 116,8 milhões (55,2%) convivem com algum grau de Insegurança Alimentar (leve, moderada ou grave).⁸

Diante deste cenário de desemprego, inflação e fome, o governo federal vem reduzindo, sistematicamente, as políticas de transferência direta de renda, agravando, deliberadamente, a vulnerabilidade social.

Nesse contexto, outro prisma central de retrocesso são as privatizações – encabeçadas agora pela tentativa de desestatizar a Petrobras. Como é de amplo conhecimento, a **Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)** é uma empresa de capital aberto (sociedade anônima), cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil (União), sendo, portanto, uma empresa estatal de [economia mista](#), considerada patrimônio público brasileiro. Com sede no Rio de Janeiro, opera atualmente em 14 países, no segmento de energia, prioritariamente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo, gás natural e seus derivados.

É importante destacar, ainda, que a Petrobrás é a maior empresa do Brasil e da América Latina. Inclusive, enquanto a produção de petróleo aumentou no Brasil, graças às reservas do pré-sal, houve queda acentuada nos demais países produtores globais, por falta de investimento e ausência de descobertas de novas reservas de petróleo e gás natural. Em 2016, a Petrobras tornou-se o maior produtor de petróleo da América Latina, superando Venezuela e México.

Tal resultado só foi possível porque a Petrobrás conseguiu escapar da privatização na década de 1990, graças à resistência popular e da forte oposição política que se contrapôs a sua venda integral. Porém, o governo atual planeja, no apagar das luzes, privatizar a empresa, seja da forma convencional, seja “por dentro”, com a venda de seus ativos mais rentáveis e estratégicos, reduzindo seu papel a mera produtora e exportadora de petróleo bruto para garantir lucro aos acionistas. Porém, o governo atual planeja, no apagar das luzes, privatizar a empresa, seja da forma convencional, seja “por dentro”, com a venda de seus

⁸ Disponível em: [https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1392789/#:~:text=Do%20total%20de%20211%2C7,\(as\)%20enfrentavam%20a%20fome.](https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1392789/#:~:text=Do%20total%20de%20211%2C7,(as)%20enfrentavam%20a%20fome.)





ativos mais rentáveis e estratégicos, reduzindo seu papel a mera produtora e exportadora de petróleo bruto para garantir lucro aos acionistas.

A estratégia governo de Jair Bolsonaro tem os desinvestimentos como principal componente. O Executivo já realizou 51 leilões desde o início do mandato e ainda contém no catálogo uma lista com mais de 100 ativos que pretende vender por meio do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

O governo segue uma agenda neoliberal que tenta abrir as portas ao capital privado em todas suas frentes de atuação. Mesmo as estatais fora do plano de desinvestimentos estão passando por um processo contínuo de desmonte. Esse é o caso da Petrobras. A atual política de preços atende apenas aos acionistas. “A matriz de custos do Brasil é desfavorável para as empresas e para os consumidores. Além do impacto direto no preço do gás de cozinha e do combustível, também há o impacto indireto sobre os alimentos. Falta uma estratégia, uma visão de política industrial que utilize o petróleo como elemento de desenvolvimento do Brasil.

Segundo Antônio Corrêa de Lacerda, Presidente do Conselho Federal de Economia: “A privatização não apenas não resolveria os problemas, como criaria outros. Na mão do estado há algum controle social sobre a ação das empresas – o que não vem acontecendo na Petrobras porque houve a captura da empresa por interesses privados de fundos, de investidores, e que atuam em benefício próprio em detrimento da sociedade”, questiona o economista. “Precisamos transformar a Petrobras numa empresa energética sustentável. Isso pressupõe uma política pública”.

Tudo apresentado neste pedido de audiência demonstra a crise econômica, social e ambiental que estamos vivenciando. Neste sentido, sugerimos o amplo debate dos temas a partir da realização de audiência pública, com oitiva dos especialistas, entidades e movimentos sociais, que tem amplo conhecimento a respeito dos diversos assuntos ora elencados.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

É com este intuito que apresentamos o presente requerimento e convidamos as/os Nobres para que apoiem o nosso pleito.

Brasília, de junho de 2022.

Dep. Glauber Braga
PSOL/RJ

Dep. Luiza Erundina
PSOL/SP





Requerimento **(Do Sr. Glauber Braga)**

Requer a realização de audiência pública para debater os retrocessos econômicos, sociais e ambientais durante o Governo Bolsonaro

Assinaram eletronicamente o documento CD225665330600, nesta ordem:

- 1 Dep. Glauber Braga (PSOL/RJ)
- 2 Dep. Luiza Erundina (PSOL/SP)

